

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: UM PARÂMETRO PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA?

Maria Beatriz Fernandes
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
mariafernandes@alu.uern.br

Mie Nakayama Dantas da Silva
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
miesilva@alu.uern.br

Allan Solano Souza
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
allansouza@uern.br

INTRODUÇÃO

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), segundo o discurso do Ministério da Educação (MEC), busca apontar a qualidade da educação brasileira. Compreendendo o seu papel enquanto instrumento de controle das políticas públicas, com teor mercantilistas, que se infiltram no campo educacional, o objetivo deste estudo foi investigar as noções construídas pela gestão de uma escola pública no que se refere ao IDEB e sua posição enquanto aferidor da qualidade da educação.

Com uma abordagem qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994), este estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa de campo, tendo como *lócus* uma escola estadual de uma cidade localizada na região do Alto Oeste do Rio Grande do Norte. O *corpus* foi levantado por meio de um questionário semiestruturado, respondido por componentes da gestão escolar dessa instituição. Assim, nos próximos tópicos discutiremos um pouco sobre o IDEB diante da nova configuração da administração pública, recorrendo a Barroso (2005), Fernandes (2007), Santos e Diniz-Pereira, (2016) e Almeida, Dalben e Freitas (2013), e apresentaremos os resultados da pesquisa.

IDEB: AFERIDOR DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO?

A reforma que se estabelece a partir da década de 1980 no papel do Estado, constitui um conjunto de medidas que passaram a influenciar a administração pública e, concomitantemente, a educação, através de concepções fundamentadas

nos valores de mercado. As medidas neoliberais ganham notoriedade e os processos administrativos têm como principal aparato a busca pela eficiência e eficácia nas atividades desenvolvidas.

Nesse contexto, os modos de regulação dos poderes públicos são alterados e, assim como realça Barroso (2005), o Estado adota uma lógica de *regulador* e *avaliador*. De acordo com o autor, a modernização na administração pública da educação retira do Estado o controle direto, que é substituído por um controle remoto, tendo como perspectiva os resultados. Isto é, há uma intensificação nos processos de descentralização, garantindo uma maior autonomia aos entes federados, por meio da transferência de recursos e o estabelecimento de metas a se cumprir.

A implementação das avaliações em larga escala como mecanismo regulatório tornou-se uma prática comum nos países que adotaram processos de modernização e reformas políticas e administrativas. No caso brasileiro, o IDEB possui o objetivo de aferir o nível da qualidade educacional no país e, para isso, utiliza-se de fatores de desempenho (avaliações realizadas pelo SAEB) e rendimento (Censo Escolar) (FERNANDES, 2007).

No entanto, questiona-se até que ponto um indicador sintético é capaz de aferir e apontar a qualidade da educação. Conforme Almeida, Dalben e Freitas (2013), por meio do IDEB é possível realizar uma análise de como tem caminhado os processos educacionais e apontar possibilidades de intervenções pedagógicas. Contudo, a apresentação dos números de forma descontextualizada não reflete a realidade da escola tal qual se encontra.

IDEB E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: O QUE DIZEM OS SUJEITOS?

A pesquisa de campo foi desenvolvida em uma escola da rede estadual, localizada na região do Alto Oeste do Rio Grande do Norte, cujo município sede está situado a mais de 400km da capital, Natal, e possui um total de 4.249 habitantes. Tendo mais de 900 matrículas na rede pública de ensino, 219 se referem à escola pesquisada – com uma distribuição de 80 matrículas no ensino fundamental – anos finais e 139 no ensino médio. Na tabela a seguir é possível visualizar as metas projetadas e as notas obtidas no IDEB no ano de 2019 pela escola.

Tabela 1 – Projeção das metas projetadas e notas alcançadas no IDEB no ano de 2019 pela escola pesquisada

Ensino Fundamental – Anos Finais		Ensino Médio	
Meta	Nota	Meta	Nota
5.1	4.6	3.2	3.0

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2021).

Para construção do *corpus*, utilizamos um questionário semiestruturado dividido em duas partes. A primeira com perguntas voltadas ao perfil dos sujeitos e a segunda composta por 8 questões sobre o objeto de estudo. Enviamos o instrumento por meio da plataforma Google Forms para a equipe gestora: diretora, vice-diretora e dois coordenadores pedagógicos, que escolheram como pseudônimos, respectivamente: Cristina, Socorro, Nick e Joana.

Os sujeitos revelaram que o IDEB é um indicador de qualidade, mecanismo quantificável do processo de aprendizagem e direcionador das políticas públicas. A posição ocupada pelos sujeitos revela e justifica a visão que constroem. O IDEB, enquanto indicador da qualidade da educação, é alvo de críticas conforme estudos de Almeida, Dalben e Freitas (2013), traduzindo-se no discurso dos órgãos oficiais, conforme realçado pela diretora e vice-diretora.

Contudo, faz-se pertinente questionar: que qualidade se pretende medir? E, a qualidade da educação pode realmente ser refletida por meio de um número? Assim como destacaram os coordenadores pedagógicos, o IDEB é um índice *quantificável*, que considera apenas alguns aspectos do processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, utilizar de um número para determinar a qualidade da educação é reduzir a complexidade do processo educativo (ALMEIDA; DALBEN; FREITAS, 2013).

Ao refletirem sobre a importância do IDEB para o sistema educacional, todos os sujeitos destacaram a relevância do índice para o país como um todo e, em especial, para que as escolas possam refletir diante de suas fragilidades, buscando a melhoria na qualidade da educação. De modo geral, compreendem que o IDEB não retrata a realidade do sistema escolar por si só, assim como destaca a diretora Cristina: “uma instituição vai além de provas externas”. Porém, reconhece também que por meio dele é possível direcionar investimentos e promover políticas públicas em busca de melhoras nas redes de ensino. Nesse sentido, é importante romper com a visão economicista e minimalista da qualidade educacional (SANTOS; DINIZ-PEREIRA, 2016).

De acordo com os participantes da pesquisa, a escola busca refletir sobre os resultados alcançados, traçando ações pedagógicas junto ao corpo docente. Solicitando, quando possível, que contextualizem as questões e realizem simulados para que os alunos possam se familiarizar com o modelo de avaliação, mas que não focam tanto nesse aspecto, visto que há uma preocupação maior em superar os déficits de aprendizagem.

Finalmente, ao pensar em formas de melhorar o IDEB, são apontados alguns caminhos, como: a sintonização de estratégias aos níveis de ensino, adequação da prova de acordo com as realidades, maior frequência de realização e abrangência da quantidade de alunos, além de orientações mais claras quanto ao índice.

CONCLUSÕES

O IDEB é um instrumento de grande relevância para o contexto educacional. Apesar de suas limitações e críticas, por ser um mecanismo de regulação e favorecer a infiltração do mercado na educação, trata-se de um elemento-chave no processo de avaliação da educação em território nacional.

Conforme foi evidenciado na pesquisa, enquanto a diretora e a vice classificam o IDEB como um revelador da qualidade do ensino nas escolas públicas, os coordenadores pedagógicos o definem como aferidor quantificável do processo de ensino-aprendizagem, sendo também utilizado como direcionador das políticas públicas.

Assim, o IDEB quiçá consegue revelar a qualidade educacional, visto que utiliza apenas a combinação de resultados de taxa de rendimento e desempenho, e que a realidade escolar vai muito além dessas taxas. Contudo, é preciso ter um parecer de onde melhorar, para onde as políticas públicas devem focalizar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luana Costa; DALBEN, Adilson; FREITAS, Luiz Carlos de. O IDEB: limites e ilusões de uma política educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1153-1174, out./dez. 2013.

BARROSO, João. O Estado, a Educação e a Regulação das políticas públicas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília, DF: INEP, 2007.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Tentativas de padronização do currículo e da formação de professores no Brasil. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 36, n. 100, p. 281-300, set./dez. 2016.